



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682460 - SP (2021/0233168-1)

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PAULO SERGIO GUARDIA FILHO - SP294745  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : T C (INTERNADO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de T C em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 1504438-52.2020.8.26.0015).

O paciente encontra-se internado, pelo cometimento de ato infracional análogo ao crime de roubo majorado - art. 157, §2º, II, do Código Penal.

Sustenta a impetrante a violação ao princípio da excepcionalidade da internação.

Alega, ainda, que "Um adolescente que nunca havia transgredido uma norma, bem como que nunca havia sofrido uma reprimenda estatal, com certeza é mais suscetível a modificações em sua postura, assim obtendo a ressocialização, com medida mais branda, que surtiria os efeitos desejados sem lhe acarretar o estigma social da privação de liberdade em tão tenra idade ou o pernicioso convívio com adolescentes muito mais experimentados no meio infracional. " (fl. 6)

Requer:

- a) Seja concedida a ordem, liminarmente, para que seja determinada a inclusão do adolescente em medida de meio aberto, ao menos até o processamento do presente habeas corpus.
- B) Ao final, seja concedida a ordem para substituir, em definitivo, a medida de internação aplicada ao adolescente por uma medida em meio aberto, sugerindo-se liberdade assistida com prestação de serviços comunitários, ou, em última hipótese, pela semiliberdade. (fl. 8)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada trouxe os fundamentos em que se baseia, conforme se vê da ementa a seguir (fl. 21):

*APELAÇÃO. ATO INFRACIONAL. CONDUTA ANÁLOGA AO CRIME DE ROUBO. IMPOSIÇÃO DA INTERNAÇÃO. DISPENSABILIDADE DO RELATÓRIO POLIDIMENSIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO ACUSATÓRIO. MEDIDA ADEQUADAMENTE IMPOSTA. Irresignação da Defesa. Estudo psicossocial que não é peça obrigatória à formação do convencimento judicial. Existência de outros elementos aptos para aferição do perfil do adolescente. Magistrado que não está adstrito ao pedido formulado pelo Parquet. Aplicação subsidiária da regra insculpida no art. 385 do CPP. Ato infracional de natureza grave, praticado em concurso de agentes. Condições subjetivas manifestamente desfavoráveis. Amizades inadequadas, uso de substâncias psicoativas e desrespeito à autoridade da genitora. Medida socioeducativa de internação adequadamente imposta. Recurso desprovido.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência